

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS LICENCIATURAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Maria Andriele Gadelha de Oliveira (1); Francisca Samara Avelino Carneiro(1); Pamela Karina de Melo Gois(4) .

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. gadelhaandriele@gmail.com*

### **INTRODUÇÃO**

O processo de formação de professores é um tema assíduo nas pesquisas, debates e literatura atuais. A preocupação nesse processo se dá, em geral, sob a afirmação de uma formação crítica e reflexiva, por conta de todas as responsabilidades que a profissão docente carrega na formação de futuros indivíduos, pois é na universidade que se desperta interesse sobre qual área específica deverá seguir, começam a ter novas experiências e aprendem a lidar com a realidade da profissão.

Quanto à formação de professores de educação física, é na graduação onde assimilam-se os diferentes significados envolvidos tanto na construção do corpo quanto de seres críticos, por isso é importante que os profissionais da área tenham o conhecimento sobre os direitos humanos básicos já que lidam com os bens maiores do indivíduo, quais sejam, a vida, a liberdade, direito ao próprio corpo, a imagem, a honra, a integridade física, psíquica e moral, entre outros, que se inserem no direito à liberdade e a vida, no direito à liberdade de opinião e de expressão, no direito ao trabalho, no direito de tomar a decisão sobre seu futuro, na educação, entre outros. Assim, em função de seu papel social, o professor deve ter sua formação inicial voltada a questões pedagógicas, humanísticas, sociais e jurídicas.

A escola tem um papel fundamental a desempenhar na formação da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. Para Fernandes (2017, p. 1):

como mediadora formal na aquisição do conhecimento historicamente produzido ao longo de gerações, a escola deve constituir-se no locus privilegiado para que os alunos aprendam os seus direitos e deveres básicos e conheçam a atual situação dos Direitos Humanos no Brasil, além de prover o conhecimento mínimo de como funciona a vida político-social de seu país. Só assim, estaremos contribuindo para que, de fato, a educação seja um componente importante na formação da Cidadania.

É de suma importância ter conhecimento dos direitos humanos pois, segundo Sacavino (2009, p. 101), a “formação da consciência de ser sujeito de direitos significa também poder desenvolver, na prática e na construção da cidadania, a articulação dos direitos de igualdade com os de diferença, assim como os direitos individuais com os direitos coletivos”.

Diante desta formação plural, que aborda conceitos que até pouco tempo não estavam inseridos na formação de professores, vê-se a necessidade de repensar tal formação, ampliando as noções jurídicas, principalmente as que versam sobre educação em direitos humanos. Cumprindo assim, o que estipula a Resolução nº 1 do Ministério da Educação, de 30 de maio de 2012, ao estabelecer as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Conforme o artigo 8º do documento supracitado, “a Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais” (BRASIL, 2012). Assim, é imperioso analisar a formação inicial dos professores de educação física quando à educação em direitos humanos, a fim de verificar se tal temática está inserida na graduação, a qual segundo o artigo 6º da Resolução, deverá ser considerada na construção dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2012).

Diante destes conceitos concernentes à Educação em Direitos Humanos e importância desta na prática docente, percebe-se a relevância para que tal tema seja tratado durante a formação inicial do educador, que ocorre no Ensino Superior. Segundo Neira, “espera-se a aquisição da qualificação profissional mínima e a certificação, habilitando-se legal e tecnicamente para o exercício da profissão” (2009, p. 189). Assim, os conhecimentos necessários para que sua prática pedagógica seja pautada com comprometimento e fomento aos direitos humanos devem ser oferecidos durante a formação docente.

Desse modo, este estudo teve como objetivo analisar a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos nos cursos Licenciaturas presenciais em Educação Física das Instituições de Ensino Superior da Paraíba.

## METODOLOGIA

O presente estudo constitui em uma pesquisa qualitativa, sendo muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados. Mas também podem ser

utilizadas para investigar um tema em profundidade, realizando análise interpretativa dos dados (GIL, 2008). Classifica-se também pesquisa bibliográfica e do tipo exploratório que, para Triviños (1987, p. 109) “os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. Para chegar aos resultados desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa documental, onde usou documentos originais. Para Lüdke (1986, p. 38) “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A pesquisa foi realizada através da análise dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Licenciaturas presenciais em Educação Física das Instituições de Ensino Superior (IES) da Paraíba. Ao todo, o Estado possui 5 IES, sendo 2 particulares e 3 públicas (2 federais e 1 estadual).

Como o PPC é um documento oficial da Universidade, e serve como orientação para formação dos programas das disciplinas e seleção de conteúdo por parte dos professores, ele foi a base de dados deste trabalho. Inicialmente, buscou-se nos sites das Universidades. Diante da ausência deste documento na internet, procurou-se as coordenações dos cursos para saber de sua disponibilidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 5 Instituições de Ensino Superior que possuem Licenciaturas presenciais em Educação Física no estado, apenas 3 Instituições disponibilizavam o PPC na internet. Quanto aos PPCs indisponíveis, um coordenador permitiu a análise dentro do estabelecimento de ensino e outro se recusou a ceder o documento por motivos institucionais. Assim, a pesquisa foi realizada a partir das informações de 4 Instituições de Ensino Superior.

A análise dos PPCs ocorreu conforme determina a Resolução quanto à inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, que segundo o artigo 7º poderá ocorrer das seguintes formas:

- I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. (BRASIL, 2012)

Assim, a partir dos dados presentes nos PPCs observou-se que duas Instituições de Ensino Superior possuíam disciplina obrigatória que tratam de direitos humanos: Educação em Direitos Humanos e Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão social, com carga horária de 40 e 60 horas, respectivamente. Em outra instituição, apesar dos temas relacionados à educação em direitos humanos estarem previsto nos objetivos da disciplina de Fundamentos Sócioantropológicos da Educação, ao analisar a ementa estes temas não estavam descritos como conteúdo da disciplina. Assim, percebe-se que apenas duas quatro Instituições de Ensino Superior pesquisadas apresentam a educação em direitos humanos, utilizando a disciplinaridade. Assim, observa-se o descumprimento do artigo 6º da Resolução nº 1 do Ministério da Educação (BRASIL, 2012), pois apesar de uma diretriz recente, já deveria ser seguida pelas Instituições no Estado, pois com exceção de uma, os demais PPCs pesquisados foram elaborados a partir de 2015, portanto, após a supracitada Resolução.

## CONCLUSÃO

Como visto, a educação em direitos humanos é essencial na formação integral do profissional de educação física por interagir diretamente em diversas áreas do aprendizado, podendo preparar os professores para compreender e intervir na realidade de seus alunos, principalmente por ser uma disciplina, que por sua característica mais dinâmica e descontraída, possibilita uma estreita relação professor-aluno e assim pode problematizar e abordar temas mais contextualizados com os direitos humanos e a realidade do alunos.

A partir da análise dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Licenciaturas presenciais em Educação Física das Instituições de Ensino Superior (IES) da Paraíba percebeu-se que apenas duas Instituições abordam conceitos de Educação em Direitos Humanos na sua matriz curricular, as demais Instituições são omissas quanto ao tratamento desses conteúdos. Sabendo que o PPC é um norteador do trabalho docente, apresentando objetivos e conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas, a falta dos temas relacionados à direitos humanos sinaliza que estes não estão sendo tratados na formação inicial dos professores de educação física, contrariando Resolução do Ministério da Educação (BRASIL, 2012) que determina que a Educação em Direitos Humanos esteja presente como componente curricular obrigatório na formação inicial de todos os profissionais da educação.

É de extrema importância estudos mais aprofundados sobre inserção dos conteúdos de direitos humanos, não só para a licenciatura de educação física, mas também em outras licenciaturas e em pedagogia, pois para que haja necessariamente uma educação em direitos humanos nas escolas, é preciso capacitar os professores para abordarem este tema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 do Ministério da Educação. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

FERNANDES, J. R. O. Educação em direitos humanos: a construção de uma escola cidadã, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, Michele; SILVA, Ana. **Pesquisando a temática inclusão na formação inicial de professores de educação física**, disponível em: < <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital > Buenos Aires - Año 14 - Nº 141 - Febrero de 2010.

NEIRA, M. G. Educação Física: desenvolvendo competências. São Paulo. 3 ed. Phorte, 2009.

SACAVINO, S. Educação para a paz e a não-violência: formação em serviço de professores/as. In: SCAVINO, S.; CANDAU, V.M.F. (Org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Petrópolis, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

LUDKE, Menga, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.